

DESAFIOS À UNIVERSALIZAÇÃO E A QUALIDADE SOCIAL DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Gilvan Luiz Machado Costa

Universidade do Sul de Santa Catarina-UNISUL

Eixo I: Ensino Secundário / Técnico / Médio

RESUMO

O objetivo do artigo é problematizar questões relacionadas à natureza da matrícula do ensino médio. Recorrem-se as informações estatísticas disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para discutir a composição da matrícula e os indicadores educacionais. Destaca as metas relacionadas ao ensino médio regular e a formação docente contidas no Projeto de Lei n. 8.035, de 2010. Os dados empíricos expressam os desafios relativos à matrícula, formação, infraestrutura e podem contribuir com a discussão sobre a definição de políticas regulares que oportunizem a universalização do ensino médio com qualidade social.

Palavras-chave: Ensino Médio. Política Educacional. Escolas Estaduais.

Introdução

Passados quinze anos da promulgação da Lei n. 9.394, de 1996, que atribuiu ao ensino médio estatuto de última etapa da educação básica, é notória a ausência de políticas públicas voltadas especificamente a garantir o direito à educação básica, que só se completa com a conclusão do ensino médio. Ainda é um desafio “propiciar a todo e qualquer cidadão, respeitando a diversidade, a formação considerada como o mínimo necessário à participação na vida social e produtiva” (KUENZER, 2010, p. 855). Dois desafios articulados são ainda prementes à escola média brasileira para os próximos anos: retomar a expansão da oferta do ensino médio verificada na década de 1990 e buscar a universalização com qualidade social. Para além da garantia do acesso de todos os jovens e adultos ao ensino médio é necessário que todos permaneçam e o concluam com domínio teórico-metodológico dos conhecimentos historicamente produzidos.

Este artigo pretende problematizar, no atual contexto, questões relacionadas à natureza da matrícula do ensino médio e que estão imbricadas com a qualidade da educação oferecida aos alunos que frequentam as escolas públicas de ensino médio. Para tal intento, recorre-se, sobretudo, às informações estatísticas disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para discutir a composição da matrícula, os indicadores educacionais, no âmbito das políticas educacionais implementadas nas décadas de 1990 e 2000 para essa etapa da educação básica. Finalmente, com base nas discussões realizadas, destaca as metas relacionadas à universalização do ensino médio regular contidas no Projeto de Lei n. 8.035, de 2010, que cria o Plano Nacional de Educação.

Aspectos da matrícula no ensino médio

Nos anos de 1990 e 2000 a matrícula no ensino médio no Brasil tem singularidades. Em 1991 foram 3.772.698 matrículas passando para 8.192.948 em 2000. No decorrer desses dez anos a matrícula no ensino médio aumentou 117%. Curiosamente, nos últimos 10 anos o crescimento da matrícula caiu sensivelmente,

VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. Maio-Junho de 2012. ISSN 2236-7977.

apresentando na segunda metade dos anos 2000 um comportamento negativo. Isso fica evidente quando se verifica que em 2001 e 2004 foram 8.398.008 e 9.169.357 de matrículas, respectivamente, caindo para 8.357.675 em 2010. A tabela a seguir apresenta a evolução da matrícula do ensino médio a partir de 1991.

Tabela 1

Evolução da matrícula no Brasil do Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado por Dependência Administrativa – 1991-2010

ANO	TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA
1991	3.772.698	103.092	2.472.964	177.268	1.019.374
1992	4.104.643	98.687	2.836.676	223.855	945.425
1993	4.478.631	93.918	3.180.546	244.397	959.770
1994	4.932.552	100.007	3.522.970	267.803	1.041.772
1995	5.374.831	113.312	3.808.326	288.708	1.164.485
1996	5.739.077	113.091	4.137.324	312.143	1.176.519
1997	6.405.057	131.278	4.644.671	362.043	1.267.065
1998	6.968.531	122.927	5.301.475	317.488	1.226.641
1999	7.769.199	121.673	6.141.907	281.255	1.224.364
2000	8.192.948	112.343	6.662.727	264.459	1.153.419
2001	8.398.008	88.537	6.962.330	232.661	1.114.480
2002	8.710.584	79.874	7.297.179	210.631	1.122.900
2003	9.072.942	74.344	7.667.713	203.368	1.127.517
2004	9.169.357	67.652	7.800.983	189.331	1.111.391
2005	9.031.302	67.650	7.584.391	186.045	1.068.734
2006	8.906.820	67.650	7.584.391	186.045	1.068.734
2007	8.369.369	68.999	7.239.523	163.779	897.068
2008	8.366.100	82.033	7.177.377	136.167	970.523

2009	8.337.160	90.353	7.163.020	110.780	973.007
2010	8.357.675	101.715	7.177.019	91.103	987.838

Fonte: MEC/INEP.

Os dados de 2010 apresentam uma pequena alta em relação a 2009 com um acréscimo de 20.515 em relação aos 8.337.160 alunos matriculados na última etapa da educação básica em 2009. Trata-se de um acréscimo tímido, mas aponta para a possibilidade de trazer para as escolas de ensino médio os jovens e adultos que estão fora delas. O desafio de superar a acomodação da matrícula no ensino médio regular e retomar a expansão verificada na década de 1990 exige que todos os jovens na faixa de 15 a 17 anos estejam matriculados na escola. A tabela a seguir permite avaliar o acesso da população de 15 a 17 anos ao sistema educacional através da evolução da Taxa de Escolarização, indicador que expressa o percentual da população de uma faixa etária que frequenta a escola independentemente da etapa/modalidade de ensino. Vê-se que o referido indicador cresceu na década de 1990 e teve explícita acomodação na década de 2000.

Tabela 2

Evolução da Taxa de Escolarização na Faixa de 15 a 17 anos no Brasil–
1991/2010

Ano	População de 15 a 17 anos (x 1.000)	Alunos Matriculados (x 1.000)	Taxa de Escolarização (%)
1991	9.275	5.389	58,1
1995	10.163	6.768	66,6
1996	10.349	7.193	69,5
1997	10.163	7.449	73,3
1998	10.130	7.749	76,5
1999	10.395	8.160	78,5
2000	10.702	8.315	77,7
2001	10.308	8.360	81,1
2002	10.357	8.441	81,5
2003	10.481	8.636	82,4
2004	10.742	8.797	81,9
2005	10.646	8.698	81,7
2006	10.424	8.569	82,2
2007	10.262	8.425	82,1
2008	10.289	8.653	84,1
2009	10.399	8.859	85,2
2010	10.357	8.628	83,3

Fonte: Fundação IBGE.

Estavam matriculados na educação básica 8,6 milhões de jovens com idade apropriada para frequentar o ensino médio em 2010. Entretanto, aproximadamente 1,8 milhão de jovens na mesma faixa etária estavam fora da escola. Trazer esses jovens para a escola é um dos desafios à retomada da expansão da matrícula na escola média brasileira. A participação da União, dos Estados e do Distrito Federal é fundamental para que todos os jovens de 15 a 17 anos frequentem a escola, preferencialmente a média.

Retomando a tabela 1, destacam-se os dados que representam as diferentes dependências administrativas e mostram a preeminência da rede estadual de ensino. De 2.472.964 matrículas em 1991 passou-se para 7.177.019 em 2010. Um crescimento de 190%. Entretanto, semelhante ao comportamento da matrícula total, a matrícula nas escolas estaduais apresenta uma acomodação na casa dos 7,0 milhões de matrículas no interregno de 2001 a 2010. Esses números permitem reiterar que a universalização do ensino médio com qualidade social depende sobremaneira da colaboração entre o governo federal e os governos estaduais e Distrito Federal.

Para compreender o movimento da matrícula no ensino médio é necessário também considerar o turno em que ela se realiza. O crescimento da matrícula no ensino médio se caracterizou pela expansão na década de 1990 de cursos noturnos nas escolas médias estaduais, como mostra a tabela a seguir. Destaca-se certo arrefecimento da matrícula no noturno na década de 2000, entretanto, os números são ainda expressivos, sobretudo na dependência administrativa estadual, que detêm 2,8 milhões de matrículas de um total de 2,9 milhões de matrículas totais no turno noturno. A Tabela a seguir procura apurar a distância no aspecto matrícula no ensino médio noturno entre as dependências administrativas estadual e privada, responsáveis por 85,9% e 11,8%, respectivamente, do total das matrículas no ensino médio regular.

Tabela 3

Matrícula no Brasil no Ensino Médio Regular por Turno Noturno e Dependência Administrativa Estadual e Privada – 1991/2010

Ano	Total	Total Noturno	Estadual	Privada
1991	3.772.698	2.200.552	1.617.575	415.657
1995	5.374.831	3.155.888	2.534.581	373.848
1999	7.769.199	4.235.633	3.745.924	263.107
2000	8.192.948	4.373.363	3.967.425	202.128
2005	9.031.302	3.984.526	3.791.040	74.802
2010	8.357.675	2.900.566	2.816.955	33.443

Fonte: MEC/INEP.

Os dados indicam um ensino médio noturno como quase exclusividade da dependência administrativa estadual. Escolas estaduais com matrícula estável, com grande concentração no noturno e com muitos alunos por turma, como mostra a tabela a seguir, parecem ser aspectos importantes do retrato da escola média no Brasil.

Tabela 4

Média de alunos por turma no ensino médio, normal/magistério e integrado por dependência administrativa – Brasil 2007-2010

ANO	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2007	34,4	32,2	35,1	33,1	29,8
2008	33,7	30,7	34,4	32,0	29,8
2009	33,2	30,7	33,8	30,7	29,7
2010	32,4	30,3	32,9	29,8	29,5

Fonte: MEC/INEP.

A dependência administrativa estadual se destaca com uma média de 34 alunos por turma no quadriênio 2007-2010. Mas que formação ela oferece¹? A formação no ensino médio regular que prevalece é de educação geral ou não profissionalizante realizado e oferecido majoritariamente em escolas públicas estaduais como já referido. Em 2010 foram 7.959.478 matrículas nesse modelo, das quais 6.911.253 em escolas públicas estaduais.

Esses números, apresentados na tabela a seguir, revelam os reflexos da regulamentação da obrigatoriedade da separação entre ensino médio e educação profissional, por meio do Decreto n. 2.208/97. Os limites do Decreto n. 2208/97 foram sendo apontados, sobretudo, pelos pesquisadores que se debruçaram sobre o tema Trabalho e Educação (OLIVEIRA, 2009), que destacaram a importância de romper com a dualidade histórica e articular a formação geral com a profissional responsável por acentuar “um quadro de exclusão social e educacional, sobretudo, para jovens e adultos trabalhadores. No entanto, este não foi um movimento sem contradições internas e externas” (SHIROMA, LIMA FILHO, 2011, p. 728).

Tabela 5

Número de matrículas no Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado por dependência administrativa – 2010.

Formação	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Ensino Médio	7.959.478	25.578	6.911.253	64.173	958.474
Normal/Magistério	182.479	-	157.181	18.084	7.214
Integrado	215.718	76.137	108.585	8.846	22.150

Fonte: MEC/INEP.

¹ Não há consenso com relação à formação que deve ser oferecida no ensino médio no Brasil. Uns defendem uma formação humanista e científica única e para todos; outros, uma formação pré-profissional ou até mesmo profissionalizante; outros ainda defendem a separação entre o ensino médio regular e o ensino técnico e profissional; e outros, finalmente, defendem o ensino médio integrado ao ensino técnico ou à educação profissional (NOSELLA, 2011).

A defesa pela integração entre formação geral e profissionalizante e as críticas ao Decreto n. 2.208/97 foram parcialmente atendidas no Decreto n. 5.154/2004 que, segundo Nosella (2011, p. 1057), “permite tudo: tanto o ensino médio separado, como o integrado”. A fragilidade do Decreto n. 5.154/2004, que revogou o Decreto n. 2.208/97, acenando o ensino médio integrado à educação profissional como uma possibilidade de formação, pode ser percebida nas 215.718 matrículas registradas em 2010, que representam apenas 2,5% do total das matrículas no ensino médio regular. O ideário presente no Decreto n. 2.208/97 que, mesmo revogado, ofusca o Decreto n. 5.154/2004, com o predomínio da matrícula na modalidade de educação geral, como já apontado.

As políticas educacionais brasileiras criaram nas últimas décadas um contexto legal favorável à consolidação da matrícula na última etapa da educação básica em escolas públicas estaduais e, com ela, uma nova realidade da escola média: os trabalhadores passam a ter como principal alternativa uma formação não profissionalizante. Para Kuenzer (2010) o Decreto n. 2.208/97 altera a proposta dual com escola média de educação geral agora também para os que vivem do trabalho. O ensino médio não profissionalizante deixou de ser exclusividade da burguesia e a escola profissional somente para os trabalhadores. A modalidade disponível para os jovens brasileiros sejam eles trabalhadores ou não, é o ensino médio não profissionalizante ofertado por escolas estaduais e com ampla utilização do turno noturno.

Outro aspecto a ser considerado na apreensão do retrato da escola média brasileira diz respeito aos indicadores educacionais. A tabela a seguir mostra as taxas de rendimento, com destaque às taxas de reprovação e abandono.

Tabela 6

Taxas de Rendimento no Ensino Médio no Brasil e Dependências Administrativas Estadual e Privada – 1999/2010.

Ano	Brasil		Estadual		Privada	
	Reprovação	Abandono	Reprovação	Abandono	Reprovação	Abandono

1999	7,2	16,4	7,6%	18,7%	5,5%	4,4%
2001	8,0	15,0	8,5%	17,0%	5,1%	2,9%
2003	10,1	14,7	10,9%	16,8%	5,3%	1,9%
2005	11,5	15,3	12,3%	17,2%	5,8%	1,5%
2007	12,7	13,2	13,6%	14,8%	5,6%	0,6%
2009	12,6	11,5	13,5%	13,0%	6,2%	0,5%
2010	12,5	10,3	13,4%	11,7%	5,9%	0,5%

Fonte: MEC/INEP.

As taxas de reprovação e abandono em 2010 das escolas estaduais somadas atingiram 25,1% e apontam que a cada quatro alunos matriculados um é retido. As referidas taxas de rendimento se articulam a elevadas taxas de distorção idade-série. Mais uma vez as escolas públicas apresentam as maiores taxas. A tabela a seguir apresenta o índice de distorção idade série no quinquênio 2006-2010 e expressa o quanto a escola média estadual tem que avançar nesse indicador educacional, reduzindo-o sensivelmente.

Tabela 7

Taxas de distorção idade-série no ensino médio por dependência administrativa – Brasil 2006-2010.

Taxas	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2006	44,9	23,0	49,5	59,8	11,0
2007	42,5	23,4	46,6	54,7	8,9
2008	33,7	24,2	37,2	39,5	7,9
2009	34,4	23,0	38,1	40,4	7,8
2010	34,5	23,2	38,3	40,0	7,8

Fonte: MEC/INEP

Pode-se inferir, a partir dos dados da matrícula e de distorção idade-série de 2010, que 2,9 milhões de alunos com 18 anos ou mais estão ainda matriculados na escola média brasileira e 2,7 milhões pertencem à dependência administrativa estadual.

Ao desagregar os dados relativos à matrícula e confrontar com população brasileira de 15 a 17 anos obtêm-se mais elementos sobre o retrato da escola média brasileira. Ao comparar os 8.357.675 de matrículas no ensino médio com os 10.357.874 de jovens brasileiros de 15 a 17 anos, faixa etária adequada a essa etapa da educação básica, chega-se a uma Taxa Bruta de Matrícula de 80,6%. Com base nesse indicador, vislumbra-se mais um desafio: proporcionar condições físicas – capacidade instalada – para atender a todos os indivíduos na faixa etária adequada ao ensino médio.

Ao considerar a distorção idade-série no ensino médio em 2010 de 34,5%, pode-se inferir que a Taxa Líquida de Matrícula no ensino médio em 2010 foi de aproximadamente 52,0%. A referida taxa que identifica o percentual da população em determinada faixa etária matriculada no nível de ensino adequado a essa faixa etária, permite apontar que em 2010 havia aproximadamente 4,9 milhões de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos que não estavam frequentando o ensino médio. A tabela a seguir apresenta a variação da Taxa Líquida de Matrícula nas duas últimas décadas. Destaca-se que apenas a taxa de 2010 foi calculada com base nos dados de matrículas do INEP. As demais foram obtidas com base nos dados do IBGE.

Tabela 8

Taxa Líquida de Matrícula no ensino médio – Brasil 1991/2010

Ano	População de 15 a 17 anos (x 1.000)	Matrícula no Ensino Médio (x 1.000)	Alunos de 15 a 17 anos (x 1.000)	Alunos com Mais de 17 anos (x 1.000)	Taxa Líquida (%)
1991	9.275	3.772	1.626	2.017	14,3
1995	10.163	5.374	2.388	2.804	23,5
1999	10.395	7.769	3.388	4.290	32,6

2000	10.702	8.192	3.565	4.561	34,4
2005	10.646	9.301	4.687	4.261	45,3
2006	10.424	8.906	4.723	4.093	47,1
2007	10.262	8.369	4.539	3.643	48,0
2008	10.289	8.272	5.222	2.956	50,4
2009	10.399	8.337	5.175	3.010	50,9
2010	10.357	8.357	5.474	2.883	52,0

Fonte: MEC/INEP; Fundação IBGE.

A despeito da relativa acomodação em torno de 50% no último quinquênio, a ampliação da Taxa Líquida de Matrícula é indiscutível. Entretanto, com base na população de 15 a 17 anos em 2010, não obstante os 5,4 milhões de alunos matriculados no ensino médio dentro da referida faixa etária, havia 4,9 milhões de jovens na idade adequada à escola média, como já referido, mas que não estavam nela. Conforme já referido, 1,8 milhão estão fora da escola e 3,1 milhões ainda estão no ensino fundamental. Os números indicam que praticamente a metade dos jovens brasileiros de 15 a 17 anos não está matriculada no ensino médio.

Metade da juventude ou permanece no ensino fundamental, fruto de reprovações ou ingresso tardio, ou está sem frequentar qualquer escola (MORAES & ALAVARSE, 2011). Nesse contexto, segundo Lima (2011, p. 282), a edição da Emenda Constitucional n. 59/2009, que consagrou o ensino médio como direito público subjetivo e a progressiva universalidade de seu atendimento até o ano de 2016, “impõe a retomada do crescimento das matrículas e a conseqüente melhoria dos indicadores oficiais de escolarização e matrícula”. Os desafios quantitativos que se colocam ao ensino médio regular são imensos e alguns deles estão expressos na meta 3 do Projeto de Lei n. 8.035, de 2010, que cria o Plano Nacional de Educação. (SHIROMA & LIMA FILHO, 2011).

Ter como parâmetro a universalização do ensino médio com qualidade social, permite inferir com base nos dados da matrícula e nos indicadores discutidos que a expansão da matrícula no interregno entre 1991 e 2004 e sua posterior acomodação na casa dos 8,0 milhões, foi de baixo custo, com forte impacto na qualidade da escola

VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. Maio-Junho de 2012. ISSN 2236-7977.

média estadual. As duas últimas décadas consolidaram a “atual escola de massas e para as massas, em oposição às escolas da elite” (PINTO & AMARAL & CASTRO, 2011, p. 642).

A massificação barata se expressa, por exemplo, na infraestrutura física e pedagógica das escolas de ensino médio, fundamentais à qualidade do ensino médio. Os dados apresentados na tabela a seguir revelam que elementos estruturais de suporte às escolas de ensino médio são inadequados, com ausência de quadra de esportes, biblioteca, laboratório de informática, acesso à internet, laboratórios de ciências e dependências e vias adequadas a todos os alunos. A ausência de laboratórios de ciências, por exemplo, é constatada em 51,7% das escolas brasileiras da última etapa da educação básica.

Tabela 9

Número de escolas, matrículas e percentual de matrículas e escolas atendidas segundo a infraestrutura das escolas - ensino médio regular – Brasil 2010

Infraestrutura	Escolas	Matrículas	Escolas Atendidas (%)	Matrículas Atendidas (%)
Quadra de Esporte	19.618	6.677.681	75,7	79,9
Biblioteca	19.175	6.121.164	74,0	73,2
Laboratório de Ciências	12.785	4.726.535	49,3	56,6
Laboratório de Informática	23.153	7.810.299	89,3	93,5

Fonte: MEC/Inep.

A inadequação da infraestrutura tem reflexos sobre a formação do jovem que frequenta a escola média, que requer um ambiente escolar agradável, capaz de oferecer aos alunos instrumentos que favoreçam a aprendizagem, e seja estímulo para sua permanência na escola (BRASIL, 2010).

Universalizar o ensino médio com qualidade social passa pela formação do professor. As demandas educacionais colocadas a partir da década de 1990 suscitam a necessidade de formação em nível superior. Tal compreensão é reforçada pela LDB 9394/96. A partir da referida lei se inicia uma busca por cursos de formação inicial.

VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. Maio-Junho de 2012. ISSN 2236-7977.

Entretanto, o número de professores sem habilitação para a disciplina que lecionam é ainda muito alto na escola média. Mesmo considerando que 360.577 professores do ensino médio em 2007 possuíam licenciatura, em muitos casos seus cursos não lhes habilitam lecionar as disciplinas sob sua responsabilidade. A tabela a seguir traz dados relacionados ao número de professores habilitados do ensino médio nas disciplinas de Física, Química, Matemática e Biologia.

Tabela 10

Número de Professores do ensino médio habilitados, segundo as disciplinas ministradas em 2007

Disciplina	Física	Química	Matemática	Biologia
Número de Professores	44.566	38.871	67.447	43.480
Professores Habilitados	11.238	14.842	39.285	24.284

Fonte: MEC/INEP.

O ensino de Física é o mais preocupante ao revelar que 74,8% dos professores não são habilitados. Os aspectos relacionados ao perfil dos professores, sobretudo sua formação, articulam-se com o desafio de universalizar o ensino médio com qualidade social e estão contemplados na meta 15 do Projeto de Lei n. 8.035, de 2010.

O abandono da escola média pública por parte do Estado, expresso nos dados, aponta o grande desafio que se coloca de universalizar o ensino médio com qualidade social. Tal desafio exige superar o barateamento e a desqualificação da educação da maioria dos jovens que frequentam o ensino médio não profissionalizante. Tal realidade é, sem dúvida, um dos principais motivos para a baixa atratividade do magistério público no país (GATTI & BARRETO, 2009). A pouca atratividade pode ser constatada nos dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2007, já referido, que mostram 47% dos professores atuando no ensino médio sem formação compatível com a disciplina que lecionam. Para corroborar, constata-se a baixa atratividade também no número de professores da escola média que possuem como maior escolaridade o ensino médio e no

VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. Maio-Junho de 2012. ISSN 2236-7977.

número de professores com escolaridade superior, mas sem ter cursado licenciatura, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 11

Evolução do número de professores com escolaridade Ensino Médio, e superior sem licenciatura – 2007-2010

Ano	Total	Ensino Médio	Superior-Sem Licenciatura
2007	414.555	26.981	26.556
2008	458.910	39.318	13.689
2009	461.542	39.703	18.195
2010	477.273	42.691	17.875

Fonte: MEC/INEP.

A baixa atratividade e a escassez de professores explicitada no número expressivo de professores que lecionam as disciplinas do ensino médio sem habilitação, mesmo tendo licenciatura, também se manifestam no crescente número de professores da escola média que possuem como maior escolaridade o ensino médio e, por outro lado, no número cada vez mais reduzido de professores com escolaridade superior, mas sem ter cursado licenciatura. O “interesse” pela docência no ensino médio de sujeitos sem formação em nível superior e o “desinteresse” de outros profissionais com formação em nível superior não são indicadores positivos de atratividade da carreira.

O ensino médio exige respostas urgentes na década que se inicia. Muitos são os desafios que se colocam às etapas da educação básica, entretanto, “aqueles referentes ao ensino médio são os que demandam respostas mais urgentes, pois precisamos sair da situação de massificação barata.” (PINTO & AMARAL & CASTRO, 2011, p. 663). A análise dos dados aponta que a universalização do ensino médio com qualidade social exige políticas públicas capazes de enfrentar a escassez de professores habilitados no ensino médio, condicionada pela baixa atratividade da carreira docente “com seus severos impactos sobre a qualidade do ensino médio, cujas matrículas decrescem a cada ano, assim como não melhoram os indicadores de permanência e de sucesso” (KUENZER (2011, p. 675).

VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. Maio-Junho de 2012. ISSN 2236-7977.

O desafio está em qualificar a escola média estadual não profissionalizante, que teve, como já destacado, 6.911.253 matrículas em 2010. Com esse entendimento, Nosella (2011) advoga pela não destruição do “clássico” ensino secundário público, e defende sua modernização e democratização, com suas portas abertas a todos os cidadãos. O autor realça a especificidade formativa da escola média, logo não profissionalizante, o que supõe fortalecer o ensino médio público, de formação humanista e científica única, mercadologicamente desinteressada, objetivando preparar dirigentes. Destaca-se a que “uma educação técnico-científica de bom nível não é incompatível com a produção de alta tecnologia e com a inserção do jovem em uma sociedade em permanente transformação” (KUENZER, 2010, p. 864). E os jovens que já trabalham? O decreto n. 5.154/2004 como já referido restituiu a possibilidade de integração educação geral e profissional. Tal possibilidade se materializou na modalidade Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no texto da LDB por força da Lei n. 11.741/2008 e “pode ser tratada como uma modalidade do ensino médio, a atender as especificidades dos jovens que já trabalham” (KUENZER, 2010, 865).

Conceber o ensino médio na perspectiva de formar todos para que sejam dirigentes desta sociedade, superando os aspectos prático-profissionais exige por parte do Estado “elevado investimento; o desenvolvimento de um currículo amplo e articulado de caráter geral; exige professores qualificados e bem pagos, espaço físico adequado” (KUENZER, 2010, p. 864). Com todas as condições postas, parafraseando Pinto, Amaral e Castro (2011), os jovens terão direito a uma educação que lhes faça sentido e ofereça novos horizontes.

Considerações finais

Considerando os 10.357.874 jovens brasileiros na faixa etária de 15 a 17 anos em 2010, os dados do censo escolar do mesmo ano revelam a urgência de:

- trazer para o ensino médio 1,8 milhão de jovens de 15 a 17 anos que estão fora da escola;

- oportunizar que 3,1 milhões de alunos com idade adequada ao ensino médio concluam o ensino fundamental e ingressem na escola média;
- diminuir significativamente as taxas de reprovação e abandono, responsáveis pela elevada taxa de distorção idade-série verificada em 2010 e que tiveram como consequência a matrícula ainda no ensino médio de 2,9 milhões de alunos com 18 anos ou mais.

O desafio de democratizar a escola média é imenso e está adequadamente colocado na meta 3 do Projeto de Lei n. 8.035, de 2010, que cria o Plano Nacional de Educação, a despeito da necessária correção de fluxo do ensino médio não ter sido considerada. Os dados mostram a dimensão do esforço para materializar as metas do Projeto de Lei n. 8.035 relacionadas à universalização do ensino médio com qualidade social. O desafio é imenso. A materialização do proposto exige aumentar de forma significativa os gastos públicos com educação no País e remete à meta 20, que propõe ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País. Considerando todos os desafios colocados, referentes à universalização do ensino médio com qualidade social, pode-se questionar o alcance da meta 20.

Parece evidente a insuficiência dos 7% do PIB para dotar as escolas médias de infraestrutura física e pedagógica capaz de receber toda a população de 15 a 17. Advoga-se pelos 10% do PIB proposto, não por acaso, pela Conferência Nacional de Educação (CONAE) e pela forte participação da União na obtenção dos índices do PIB, pois é a que mais arrecada. Somente com a superação da massificação barata e vislumbrando para o novo Plano Nacional de Educação gastos públicos em educação da ordem de 10% do PIB pode ser materializada uma escola média que oportunize formação para que todos os jovens brasileiros sejam dirigentes.

REFERÊNCIAS

GATTI, B.; BARRETO, E. S. de S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009. 294 p.

VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. Maio-Junho de 2012. ISSN 2236-7977.

KUENZER, A. Z. A formação de professores para o Ensino Médio. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 667-688, 2011.

_____. O ensino médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p.851-873, 2010.

LIMA, L. C. A. Da universalização do ensino fundamental ao desafio de democratizar o ensino médio em 2016: o que evidenciam as estatísticas? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 92, p. 268-284, 2011.

MORAES, C. S. V.; ALAVARSE, O. M. Ensino médio: possibilidades de avaliação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 807-838, 2011.

NOSELLA, P. ENSINO MÉDIO: EM BUSCA DO PRINCÍPIO PEDAGÓGICO. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1051-1066, 2011.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, 2004.

_____. Regulação educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 44, p. 209-227, 2006.

_____. O Ensino Médio perante a obrigatoriedade ampliada: que lições podemos tirar de experiências observadas? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 91, p. 10-26, 2010.

OLIVEIRA, R. Possibilidades do ensino médio integrado diante do financiamento público da educação da educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, p. 51-66, 2009.

PINTO, J. M. R.; AMARAL, N. C.; CASTRO, J. A. de. O financiamento do ensino médio no Brasil: de uma escola boa para poucos à massificação barata da rede pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 639-665, 2011.

VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. Maio-Junho de 2012. ISSN 2236-7977.

SHIROMA, E. O. ; LIMA FILHO, D. L. Trabalho docente na Educação Profissional e Tecnológica e no PROEJA. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 725-743, 2011.

VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. Maio-Junho de 2012. ISSN 2236-7977.